



Escravidão e liberdade no século XIX: o diálogo entre trabalhadores livres e escravizados no Rio de Janeiro (1870-1888)

RENATA FIGUEIREDO MORAES*

Esse trabalho é fruto de uma nova pesquisa que associa trabalhadores livres e escravizados e suas formas de resistência e manifestação. O desafio do título da comunicação é exatamente o de encontrar, ou entender a ausência do "diálogo" entre dois grupos que, mesmo estando em regimes jurídicos diferentes, viviam sob o jugo da exploração das suas forças de trabalho e inexistência de direitos. Um modo de encontrar esse diálogo, ou a recusa a ele, foi através dos jornais que circularam pela Corte no século XIX. No entanto, a imprensa na qual me dedico nessa pesquisa é a feita por trabalhadores e que, ao tentarem dialogar com seus pares, fizessem reflexões sobre suas condições de trabalho e sobre a escravidão.

Essa preocupação em pensar o século XIX a partir dos trabalhadores é por considerar dois pontos importantes: o enorme número de jornais que circularam pela cidade do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século e também pelas informações coletadas no censo de 1872 onde é possível identificar a população escrava, mas também a de trabalhadores livres e sua diversidade de profissões e origens. Como estariam convivendo livres e escravizados no século XIX no Rio de Janeiro no exercício dos seus ofícios? Esse texto tem como objetivo inserir nas discussões do mundo do trabalho o escravizado e o trabalhador livre como sujeitos ativos desse mundo. Nesse caso, pretendo ressaltar uma ação: a construção de uma identidade para os trabalhadores. Essa ação servirá para alimentar o debate sobre o século XIX, o movimento abolicionista e a construção dos caminhos de liberdade tanto por parte de trabalhadores escravizados quanto por aqueles que não tinham na liberdade da escolha do ofício algo livre de interferências externas.

Antes de pensarmos esses trabalhadores é importante também entender o que significava *trabalho e liberdade* e seus significados para a época. Isso irá interferir nas interpretações que vão aparecer nos jornais feitos pelos trabalhadores. Um modo de entender um dos tantos significados existentes para essas palavras é através dos dicionários da época.

* Professora Adjunta de História do Brasil – UERJ – renatafm2003@yahoo.com.br

Os significados das palavras “Trabalho”, “trabalhador” e “trabalhar” se distinguem do que realmente poderia ser esse ofício, ação, característica. “Trabalho” aparece caracterizado como “exercício corpóreo, rústico ou mecânico” e não traz referências a quem o exerce, livre ou escravo. Em compensação, no verbete “liberdade” aparece a existência da escravidão nessa sociedade. Ou seja, “liberdade” significa:

estado livre, isenção e tudo o que prende, ata, sujeita: - do escravo, alforria. Dar - ao escravo, forrá-lo, dar carta e alforria: -, faculdade de obrar segundo os dictames da vontade: - do cidadão, o direito e poder de fazer tudo o que não é contrário aos direitos e outrem: - , soltura de quem estava preso. Deu a liberdade a todos os presos, mandou, fez soltar. Falou com -, francamente dizendo tudo que cada um sente; dizer a verdade sem atender a respeito e sem temor. Dizer - s, palavras atrevidas, faltas de respeito: - de consciência, a de professar cada um a religião de cuja verdade está convencido. (FARIA, 1859, 587)

Nas referências que fazem ao ato de trabalhar quem o executa não aparece. Ou seja, a ação do escravo não é caracterizada como trabalho, apesar de existir a escravidão e seu oposto aparecer no verbete “liberdade”.

A partir desses significados poderíamos especular a respeito do trabalho livre e sua plenitude num mundo onde era predominante a escravidão. No entanto, outra importante fonte que nos informa sobre a diversidade do mundo do trabalho no século XIX é o censo de 1872.¹ Os dados coletados nos informam a diversidade de profissões classificadas como liberais, onde estariam incluídos religiosos, juristas, médicos, militares, profissionais públicos e parteiras, dentre outros, e também profissões manuais e mecânicas. Nas tabelas que indicam a quantidade para cada profissão há um campo para a indicação do número de escravos, homens e mulheres que também exerciam determinada atividade. A partir desses dados, já é possível pensar no censo de 1872 como um campo profícuo de estudo no que se refere aqueles que tratam do mundo do trabalho durante a escravidão.

Apesar das ambiguidades existentes entre liberdade de trabalho e o escravo, segundo

¹ O censo está disponibilizado no site do IBGE: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477> acessado em 01 de agosto de 2017.

Henrique Espada Lima há, na década de 1870, uma organização do trabalho livre (LIMA, 2005). O Censo pode ser uma ferramenta para explicar a organização do trabalho, onde há mostras do exercício de mulheres e escravos em ofícios que pressupúnhamos serem apenas de trabalhadores livres. Nesse caso, uma forma de identificarmos essa diversidade é através dos jornais. No entanto, não quero privilegiar as folhas diárias que tratavam do cotidiano da cidade e da vida política do Império. O interesse é ver as folhas produzidas por trabalhadores e para os seus pares onde seus autores poderiam dialogar com a sociedade e discutir a sua “liberdade” no mundo do trabalho.

Antes de nos aprofundarmos sobre alguns jornais específicos, é importante caracterizar essa prática de produção de periódicos por parte de trabalhadores livres que tinham acesso às máquinas tipográficas.

Numa pesquisa feita com os jornais publicados no século XIX no Rio de Janeiro foi possível identificar uma diversidade de folhas, como periodicidade variada e com títulos que destacam a sua especificidade. A tabela abaixo expõe um pouco dessa diversidade:

Tabela 1 – Jornais publicados no Rio de Janeiro e disponíveis na Biblioteca Nacional

Ano	Nome
1858	Jornal dos tipógrafos
1867-1868	O typógrafo - folha dedicada a arte typographica.
1868;1873	O trabalho – folha consagrada aos interesses da indústria e das artes
1870	O Artista – periódico dedicado à indústria e principalmente às artes
1871	Tribuna Artística: periódico semanal escrito e redigido por artistas.
1873	O Caixeiro – jornal comercial, literário e noticioso
1875	Gazeta dos operários
1877	União do povo – jornal noticioso, literário e órgão do funcionário público, artista e operário e neutro na luta dos partidos políticos
1877-1878	O proletário, Hebdomadário artístico, literário e recreativo
1879	O Operário – periódico comercial, agrícola, literário e noticioso

1879	O Trabalho – revista histórica, literária e científica de artes e ofícios, exclusivamente consagrada aos interesses das classes operárias
1880	O herói – consagrado exclusivamente à classe operária
1881	O caixeiro – órgão dedicado a classe caixeiral
1881	Gazeta Operária – órgão dedicado especialmente aos interesses dos artistas e operários
1881	O trabalho – Propriedade de uma associação
1881	A voz do Comércio: órgão da Sociedade Democrata Classe Caixeiral
1881-1882	Revolução – órgão realista, republicano, livre pensador e socialista
1881-1890	Carbonário – órgão do povo
1883	O nihilista – órgão dos operários, do exército e da armada
1884	Folha do povo
1884	Vinte e cinco de março
1884-5	Gazeta operária – órgão proletário do Rio de Janeiro
1888	O domingo – jornal dedicado aos interesses da classe caixeiral

Fonte: Biblioteca Nacional – setor de periódicos

Antes de aprofundarmos nosso olhar sobre esses jornais, é necessário ressaltar que a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil está ligada, de algum modo, com o desenvolvimento da imprensa. D João, ao criá-la em 1808, permitiu que através desse veículo de comunicação se escrevesse de algum modo a história do Império. Os movimentos que antecederam a volta do rei para Portugal, assim como os anteriores à independência, tiveram nos jornais o local ideal para serem discutidos por homens das letras e pelo próprio Príncipe Regente (LUSTOSA, 2006, P. 126).²

Nos anos conturbados do Império, os jornais aparecem como uma liturgia própria em consonância com a praça pública, que participava da lógica da política e das reivindicações sendo um local privilegiado da liturgia do poder e um meio para solicitar algo ao governante ou desafiar-

² O jornal que publicava textos de D. Pedro era *O Espelho*, editado por Ferreira de Araújo.

lo (SOUZA, 1999, P. 97). Tanto o discurso feito nas praças quanto na imprensa eram oportunidades de participação numa esfera política de forma peculiar e com maiores possibilidades de diálogo. Deste modo, a imprensa torna-se um enorme campo de possibilidades de agitação no mundo letrado.

Dando privilégio aos jornais que tratam especificamente sobre o trabalho, e seus sujeitos, essa pesquisa conseguiu, preliminarmente, identificar uma diversidade de títulos e de tipos de folhas destinadas ao trabalhador ou para pensar alguns ofícios. Existiam jornais produzidos por tipógrafos, mulheres e industriais que através da escrita reivindicavam melhores condições de trabalho, o desenvolvimento da indústria ou o reconhecimento do papel da mulher na sociedade imperial.³ Apesar de muitos jornais terem tido vida breve, ainda assim produziram uma cultura da escrita de forma peculiar. O mapeamento desses interesses e o alcance que essas publicações tiveram, por exemplo, podem indicar a construção de uma cultura política para além do parlamento e das arestas do poder moderador e a voz daqueles que não participavam efetivamente da política ou não escreviam nas grandes folhas diárias.

Ao nos atermos a essa tabela exposta anteriormente, percebe-se que a partir da década de 1870 houve uma série de publicações destinadas ao trabalhador e ao trabalho. A pesquisa feita no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional se ateve às folhas que circularam no Rio de Janeiro e encontrou a primeira sendo publicada no ano de 1858. Esse foi o ano da greve dos tipógrafos que paralisou a circulação dos principais jornais diários da cidade.⁴ Esses trabalhadores também publicaram uma folha específica dando notícias sobre o movimento. O *Jornal dos typógrafos*⁵ (VITORINO, 1995, P. 58) é uma referência a esse respeito e foi a partir dele que a questão dos trabalhadores e sua organização em jornais e associações mútuas chamou a minha atenção.

Os tipógrafos estão dentro da categoria de profissionais classificadas como *Artistas*. No

³ O *Jornal das Senhoras* é um exemplo desse tipo de publicação que visava discutir também o papel da mulher no mercado de trabalho e na reivindicação por educação. Esse jornal publicado por uma argentina em 1852 também tratava de moda, literatura e belas artes. Outros jornais com temáticas semelhantes foram publicados no Rio de Janeiro logo em seguida ao *Jornal das Senhoras*: *O Bello sexo*, *O espelho*, *Jornal das Moças*, *Jornal das famílias*.

⁴ Os jornais paralisados foram: *Jornal do Comércio*, *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*.

⁵ O jornal foi publicado pelos trabalhadores grevistas a fim de explicar suas razões para a greve e servir também de intérprete do movimento. Através dele seria exposto aos leitores o que era discutido entre tipógrafos e seus patrões.

censo de 1872 há dados que comprovam a força dessa categoria no Município neutro e mais abrangente do que a classificação “artistas” pode indicar. Dentre os profissionais liberais eles compõem o maior número, perdendo em quantidade para outras profissões classificadas no censo como outros, predominando entre eles os militares e marítimos (tendo escravos em todas as categorias, exceto proprietários e capitalistas).

A fim de exemplificar a abrangência da categoria denominada de artistas, a tabela a seguir foi feita a partir dos dados do município neutro fornecidos pelo censo de 1872. No entanto, ao contabilizar os dados de todas as províncias, o cruzamento de informações a respeito dessa categoria de trabalhadores pode ser ampliado.

Nacionalidade	Sexo	Estado civil	Artistas	Parcial	Total	Percentual
<i>Brasileiros</i>	Homens	Solteiros	447	519	531	38,36%
		Casados	56			
		Viúvos	16			
	Mulheres	Solteiras	8	12		
		Casadas	2			
		Viúvas	2			
	Homens	Solteiros	556	735	763	55,13%
		Casados	146			
		Viúvos	33			

<i>Estrangeiros</i>	Mulheres	Solteiras	15	28		
		Casadas	8			
		Viúvas	5			
<i>Escravos</i>	Homens		90			6,50%
	Mulheres		--			
Total	1384					100%

Fonte: Brasil, Recenseamento 1872, Tabela sobre a categoria “Artistas” do Município Neutro, IBGE

Uma das falhas do censo de 1872 é exatamente uma falta de detalhes a respeito dessas profissões. Quem estaria classificado como artistas? No jornal *Tribuna Artística*, órgão destinado a abrir espaço para a causa da categoria, o articulista classificou como “artista” os seguintes ofícios: o ferreiro, o pedreiro, o carpinteiro, o marceneiro, o pintor, o tipógrafo, artistas mecânicos. Os engenheiros também são chamados de artistas, de acordo com outra publicação que carrega no título a categoria. O jornal *O artista* era editado por engenheiro que, ao contrário do jornal anteriormente citado, estavam mais preocupados em defender a indústria e seu desenvolvimento a fim de desenvolver o país. Vale ressaltar também que dentre as profissões liberais destacadas no censo, a dos Artistas é a única a ter escravos (homens e mulheres, mesmo num número reduzido).

Deste modo, é possível classificar como “artista” uma diversidade de profissionais, com ofícios e especificações diferentes para o exercício da sua atividade. Nesse caso, vale ressaltar as peculiaridades dos tipógrafos, categoria profissional responsável pelo trabalho mais técnico de produção e circulação das folhas diárias. Os compositores tipógrafos se assemelhavam a outros profissionais liberais de meados do século XIX estando numa posição intermediária em meio às diversas categorias profissionais existentes na Corte. A especialização do ofício exigia um letramento por parte desses profissionais permitindo que se diferenciavam de trabalhadores mais braçais. O acesso às máquinas tipográficas também facilitou que pudessem construir suas próprias folhas destinadas aos seus pares. A peculiaridade desses profissionais justifica a existência de inúmeras folhas que tinham ou no título o nome dos tipógrafos ou algum deles

assinando folhas e colunas em jornais de classe.

A mobilização dos tipógrafos ainda em meados do século XIX por melhores condições de trabalho, e que gerou a paralisação da circulação das folhas diárias, faz parte do processo de construção de uma identidade operária, segundo Claudio Batalha, em voga no século XIX e que tendia a se referir a toda uma classe, e não apenas aos trabalhadores braçais e sem qualificação (BATALHA, 1999). Nesse caso, ao produzir jornais destinados aos seus pares, os tipógrafos inseriram no vocabulário dessas folhas termos que tendiam a abranger toda uma categoria de trabalhadores. A designação de “operários”, “trabalhadores” e “proletários” será uma constante ao fazerem referência aos tipógrafos, mesmo que não incluíssem outros trabalhadores, como o caso dos escravos.

Ainda assim, essas palavras aparecem nos nomes dados às folhas periódicas mas que, apesar de serem abrangentes no que se refere a ideia de trabalhador, era restrita aqueles designados como livres.

A leitura dos jornais produz duas observações gerais: a primeira é a tentativa de diferenciação em relação aos trabalhadores escravizados. Não veem o escravizado como trabalhador e nem aqueles que não tem profissão. Outra observação é a tentativa de construção de uma identidade para o trabalhador, talvez para se diferenciar das ambiguidades que os aproximavam dos escravizados.

O censo e os jornais, principalmente esses com temáticas específicas para trabalhadores ou com pensamentos sobre o trabalho, são lidos nessa pesquisa com a intenção de entender os significados de ser trabalhador livre num mundo predominantemente escravo, e ainda a produção desse material para seus pares que, por conta disso, entram como uma via para a construção de uma identidade que se distancie de uma imagem que lembre o escravizado. Desse modo, ressignificam a ideia de trabalho num momento de discussão sobre a validade da permanência da escravidão.

O uso dos jornais para discutir uma categoria profissional também está ligado a construção de um trabalhador urbano e que convive com a escravidão na cidade negra, a Corte (GOMES, 2006). No entanto, muitos jornais também fazem relações com o trabalhador livre do

campo sem maiores problematizações na relação entre escravidão e liberdade no trabalho. Ainda assim, a cidade é o privilégio das narrativas produzidas pelos articulistas nessas folhas específicas, sendo um ambiente com profundo contraste e de discussões mais profícuas no que se refere à escravidão. São essas discussões que os articulistas dos jornais vão silenciar e privilegiar suas condições de trabalho ou reivindicar maiores espaços de atuação política.

A pesquisa está em andamento, mas já é possível apontar algumas conclusões e alguns caminhos de discussão. Esse texto dialoga com duas vertentes em voga no momento no campo da historiografia sobre escravidão: a cidade e a escravidão urbana. A cidade negra ou a cidade esconderijo (CHALHOUB, 1990) abrigou diferentes formas de exploração do trabalhador, livre e escravizado. O que esses dois pontos têm em comum é a respeito dos trabalhadores urbanos e sua ligação com a escravidão. Nesse caso, considero *trabalhadores* aqueles que foram escravizados ou que eram livres. Ambos nem sempre foram controlados por regras impostas pelos meios oficiais, mas sim por outras medidas que faziam com que se “adaptassem” às formas de trabalho existentes e as que pudessem restringir sua livre circulação pela cidade. Para esse último ponto insiro os dois tipos de trabalhadores que ocupavam a cidade de modo *sui generis*, apesar de não ser um cidadão da forma mais política.

Essa pesquisa também tende a dialogar com outras formas de resistência à escravidão e a exploração do trabalho ocorridas em outras cidades importantes do Império. Para esse ponto não é possível se furtar em dizer da greve dos carregadores ocorrida na Bahia em 1857 e que afetou o funcionamento da cidade (REIS, 1993) No Rio de Janeiro esses trabalhadores não paralisaram no mesmo formato da Bahia mas houve uma greve em março de 1877 em moldes parecidos. Os trabalhadores da alfândega do Rio de Janeiro paralisaram suas atividades numa forma de reivindicar o fim da obrigatoriedade do uniforme e outras ações. Portanto, a resistência às formas de exploração é comum a trabalhadores livres e escravizados. Porém, o que o diferenciavam era a condição de livre e a partir disso a identidade do trabalhador livre tende a se moldar numa forma de distanciá-lo do escravizado, mesmo que estivessem na mesma oficina sob o jugo do mesmo patrão e sem a instrução que poderiam tirar ambos de um atraso social e compartilhar novas formas de resistência.



Referências Bibliográficas:

- BATALHA, Claudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos do AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- FARIA, Eduardo. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Quarta edição, 1859, p. 587
- GOMES, Flavio; FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cidades negras*. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006
- LIMA, Henrique Espada. “Sob o domínio da precaridade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*, v. 6, jul-dez. 2005, pp. 289-326.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I. Um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. *Revista estudos feministas*. Vol. 11 n. 1. Florianópolis jan/jun 2003.
- REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, n. 18, 1993
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo, Ed. Unesp, 1999, p. 97.
- VITORINO, Artur José Renda. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. Dissertação de mestrado. IFCH, Unicamp, Campinas, SP, 1995, p. 58